Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Sanesalto Saneamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sanesalto Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sanesalto Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Assuntos

Como o

assunto foi conduzido

Porque é um PAA

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria do exercício corrente foi planjeada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior, porém incorporando à nossa abordagem de auditoria procedimentos em resposta ao cenário atual das operações.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Recuperabilidade do ativo intangível do contrato de concessão (teste de impairment) - Nota 7

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 38.468 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão.

Consideramos o teste de *impairment* do intangível como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.

Companhia, bem como a análise das principais premissas adotada como taxa de crescimento vegeta tarifário e taxa de desconto, med com os orçamentos aprovados e canários, bem como leitura das de recálculo das projeções considera cenários, bem como leitura das de recálculo das projeções considera com os orçamentos aprovados e canários, bem como a análise das principais premissas adotada como taxa de crescimento vegeta tarifário e taxa de desconto, med com os orçamentos aprovados e canários, bem como a análise das principais premissas adotada como taxa de crescimento vegeta tarifário e taxa de desconto, med com os orçamentos aprovados e canários, bem como a análise das principais premissas adotada como taxa de crescimento vegeta tarifário e taxa de desconto, med com os orçamentos aprovados e canários, bem como sorçamentos aprovados e com os orçamentos aprovados e c

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a conferência da coerência lógica e aritmética das projeções dos fluxos de caixa; a verificação do modelo de mensuração adotado; teste de reconciliação dos fluxos de caixa futuros com os planos de negócios aprovados pela administração da Companhia, bem como a análise da razoabilidade das principais premissas adotadas nas projeções, tais como taxa de crescimento vegetativo, reajuste tarifário e taxa de desconto, mediante comparação com os orçamentos aprovados e dados de mercado. Adicionalmente, efetuamos análise de sensibilidade e recálculo das projeções considerando diferentes cenários, bem como leitura das divulgações realizadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá, 29 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/Q-5

Adriano Machado

Contador CRC 1PR042584/O-7

Relatório da administração

Aos acionistas e demais interessados:

A Sanesalto Saneamento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto - SP.

A empresa, vencedora do processo licitatório, além de construir e operar o sistema de tratamento de esgoto do município, realiza toda a gestão do sistema comercial e atendimento ao cliente do serviço de água e esgoto, tratando 98% do esgoto coletado no município. Além do investimento na estação de tratamento, a Sanesalto realizou todo o investimento em interceptores e estações elevatórias para coletar e transportar o esgoto para tratamento.

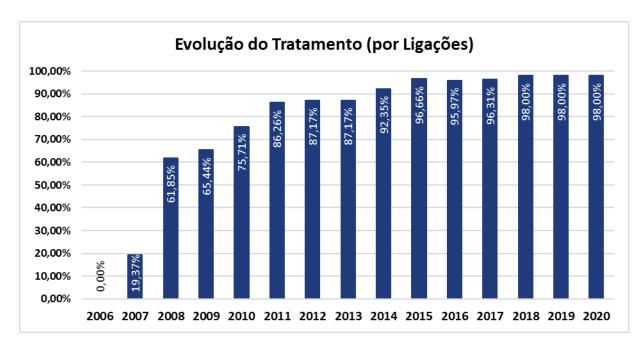
O Rio Tietê, verdadeiro patrimônio natural e cultural dos brasileiros, nasce limpo e cristalino no município de Salesópolis, Estado de São Paulo, e passa por Salto como médio Tietê.

Em seu percurso de 1.010 km até o Rio Paraná, na divisa com Mato Grosso do Sul, o Tietê percorre diversas cidades, servindo muitas vezes como um verdadeiro depósito de lixo e de efluentes: somados, o rio e seus afluentes recebem 3 bilhões de litros de esgoto por dia.

A Sanesalto investiu em uma infraestrutura de saneamento básico que respeita as águas do Rio Tietê e de seu afluente, o Rio Jundiaí. Agora, ao passar por Salto, o Tietê recebe somente esgoto tratado, representando um exemplo a ser seguido por outros municípios.



Entre os anos de 2004 e 2007, a Sanesalto implantou o sistema de tratamento de esgoto e iniciou os serviços com cobertura de 60% do Município. Entre 2007 e 2018, a Companhia expandiu os serviços até completar cobertura de tratamento na totalidade das bacias previstas em contrato.



Em 2018, fruto das boas práticas operacionais da Companhia e como reconhecimento à evolução do tratamento de esgoto do Município de Salto, a Sanesalto recebeu o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS) 2018, outorgado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). O Prêmio é considerado o mais importante do setor na América Latina e avalia a implantação de boas práticas na gestão do saneamento.

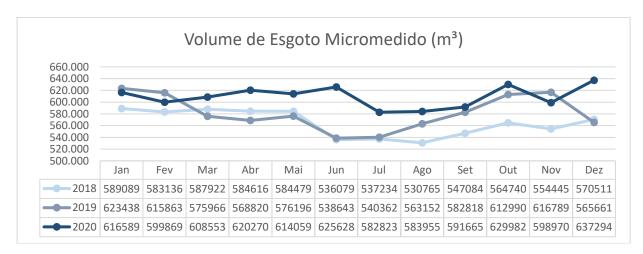
Na categoria "As melhores em gestão no saneamento ambiental", com seis níveis de reconhecimento, a Sanesalto venceu nesse ano, em sua primeira participação, o nível Cobre.

Comentário de Desempenho *Operacional*

A Companhia observou em 2020 o crescimento de 3,87% em economias de esgoto, fruto da expansão no número de loteamentos e na verticalização das residências no município.

	Economias de Água em Janeiro	Economias de Água em Dezembro	CRESCIMENTO ANUAL %
2018	45.150	47.225	4,60%
2019	47.225	50.183	6,26%
2020	50.183	51.899	3,42%
	Economias de Esgoto em Janeiro	Economias de Esgoto em Dezembro	CRESCIMENTO ANUAL %
2018	Esgoto	Esgoto	
2018 2019	Esgoto em Janeiro	Esgoto em Dezembro	ANUAL %

O volume de esgoto micro medido no ano de 2020 não foi afetado pela pandemia da COVID-19 de maneira significativa e seu crescimento foi de 4,50% quando comparado com 2019, em grande parte devido ao aumento do número de economias acima destacado.



Resultado Financeiro de 2020

A Receita Bruta encerrou o exercício de 2020 em 28.736, contra 25229 de 2019.

Embora o volume faturado não tenha sido afetado pela pandemia, a Receita foi afetada com a suspensão do reajuste ordinário da tarifa, face à resolução nº 345 da agência reguladora ARES-PCJ. Tal perda deverá ser compensada em reequilíbrio econômico do contrato de concessão.

O EBITDA

O leve crescimento do EBITDA foi influenciado ao resultado do exercício de 2020 juntamente com o resultado financeiro, fruto da nova estruturação das debêntures, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2020	2019
(=) LUCRO (PREJUÍZO) DO PERIODO	5.876	886
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	2.810	348
(-) IR/CS Diferido de Periodos Futuros	-	(81)
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social - Exercicios Anteriores	-	119
(+) Depreciação	22	20
(+) Resultado Financeiro	3.821	7.704
(+) Amortização de Investimentos/Direito de Uso	3.426	3.375
EBITDA	15.955	12.372

Lucro Líquido e Prejuízo Acumulado

O crescimento do EBITDA aliado à redução de despesas financeiras fez com que a Companhia encerrasse o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com lucro de R\$ 5.876.

O lucro líquido de R\$ 14.377 no exercício de 2017 marcou o início da reversão dos prejuízos acumulados nos períodos anteriores, que somavam (R\$ 30.775) no encerramento do exercício de 2016. Em 2018, essa tendência se confirmou e a Companhia apresentou lucro de R\$ 989 em 31 de dezembro. O mesmo aconteceu com o resultado do exercício de 2019 com lucro de R\$ 886.

Em 2020, a Administração decidiu absorver o saldo de prejuízos acumulados com a redução do capital social, no valor de R\$ 14.523.

Os prejuízos acumulados dos anos anteriores foram resultados de tarifas entre 2007 e 2010 abaixo da tarifa justa, definida posteriormente por reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, ocasionando o aumento do endividamento da Companhia e operação com prejuízos recorrentes.

Após a implantação da tarifa definida em reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, a Companhia reduziu endividamento e melhorou sua eficiência operacional, até o exercício de 2016 no qual atingiu praticamente o "breakeven", encerrando aquele exercício com prejuízo de (R\$ 59).

A redução de capital para absorção dos prejuízos acumulados e a reversão do passivo a descoberto encerram o histórico do período do início da concessão e dos prejuízos acumulados. O exercício de 2020 confirma a tendência de aumento de resultados, com a redução da dívida e aumento do EBITDA da empresa, necessários para o adequado retorno do capital aos acionistas.

Reiteramos o compromisso da Companhia em prover o tratamento de 100% do esgoto coletado da cidade de Salto, dentro da área de concessão, bem como o de atingir excelência operacional com viabilidade econômico financeira dos investimentos realizados pelos debenturistas e acionistas.

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A administração da Companhia contratou a PwC Auditores Independentes para os serviços de auditoria para o período de 2018, 2019 e 2020.

A remuneração dos auditores no exercício de 2020 foi de R\$ 55 pela auditoria da Companhia.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

Balanço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido Ativo 31/12/2020 31/12/2019 31/12/2020 31/12/2019 Notas Notas Circulante Circulante 10.794 4.345 10.780 8.302 6.938 6.752 Caixa e equivalentes de caixa 791 Debêntures 5.426 3 9 3.712 659 Contas a receber de consumidores 4 3.013 Fornecedores 839 Tributos a recuperar 94 512 Passivo de arrendamentos 8 63 55 Demais contas a receber 50 29 Pessoal a pagar 190 185 Encargos sociais a pagar 47 43 Imposto de renda e contribuição social a pagar 10 675 Encargos tributários a pagar 10 114 278 Impostos e contribuições parcelados 11 772 417 Não circulante 54.766 Demais contas a pagar 12 1.508 51.024 1.059 6.1 7.693 Créditos Tributários - Partes Relacionadas 7.843 Partes Relacionadas 6.2 2.135 2.810 Não circulante 45.111 50.758 Debêntures 42.513 48.957 Tributos a recuperar 2 9 39 Demais contas a receber 29 Passivo de arrendamentos 179 224 3 2.301 Títulos e Valores Mobiliários 2.410 2.088 Impostos e contribuições parcelados 11 1.459 Provisões para contingências 13 118 118 Imobilizado 62 83 Patrimônio líquido 5.927 51 Intangível 7 38.468 41.635 Capital social 14.1 51 2.000 Direito de uso 8 216 276 Reserva legal 14.2 10 Adiantamento para futuro aumento de capital 14.3 12.574 Reserva de retenção de lucros 14.4 5.866 Prejuízos acumulados (14.523)61.818 59.111 Total do ativo 59.111 Total do passivo e do patrimônio líquido 61.818

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida dos serviços prestados	15	27.691	23.550
Custo dos serviços prestados	16	(7.565)	(7.590)
Lucro bruto		20.126	15.960
Despesas operacionais		(7.619)	(6.982)
Despesas gerais e administrativas	18	(6.215)	(5.939)
Despesas comerciais	17	(1.125)	(856)
Outros resultados operacionais		(279)	(187)
Resultado operacional antes do efeitos financeiros		12.507	8.978
Resultado financeiro	19	(3.821)	(7.705)
Despesas financeiras		(3.896)	(7.709)
Receitas financeiras		75	4
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		8.686	1.273
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro		(2.810)	(387)
Corrente	22	(2.810)	(467)
Diferido	22	-	80
Lucro líquido do exercício		5.876	886
Lucro por ação			
Lucro básico por ação	21	1,4188	0,4430
Lucro diluído por ação	21	1,4188	0,4430

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	5.876	886
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	5.876	886

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Reservas de retenção de Lucros	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2019		2.000	-	-	12.574	(15.409)	(835)
Lucro do Exercício		-	-	-	-	886	886
Em 31 de dezembro de 2019		2.000	-		12.574	(14.523)	51
Aumento de capital	14.1	12.574	-	-	(12.574)		-
Redução de capital	14.1	(14.523)	-	-	,	14.523	
Lucro do exercício		· ,	-	-	-	5.876	5.876
Constituição da reserva de legal	14.2		10	-		(10)	
Reserva de retenção de lucros	14.4	-	-	5.866		(5.866)	-
Em 31 de dezembro de 2020		51	10	5.866			5.927

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

_	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	5.876	886
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício das atividades operacionais		
Depreciação e amortização sobre intangível, imobilizado e direito de uso	3.447	3.420
Juros apropriados sobre debêntures	3.504	7.116
Juros apropriados sobre parcelamentos	92	130
Amortização do custo de captação sobre debêntures	111	-
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	33	-
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	221	(6)
Impostos diferidos	-	80
(Aumento) redução nos Ativos		
Contas à receber	(919)	(9)
Demais contas a receber e adiantamentos	(31)	183
Créditos tributários	417	(331)
Títulos de valores mobiliários	(322)	(2.088)
Aumento (redução) nos Passivos		
Fornecedores	(163)	31
Encargos tributários a pagar	2.630	1.102
Salários e encargos sociais a pagar	10	(29)
Impostos e contribuições parcelados	1.104	1.876
Acordos comerciais (Partes relacionadas)	150	550
Alugueis e arrendamentos	-	(29)
Pagamento de juros sobre debêntures	(3.448)	(24.303)
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamentos	(14)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.135)	(1.977)
Demais contas à pagar	443	358
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	11.006	(13.040)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(199)	(42)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(199)	(42)
Terceiros		
Amortizações de principal sobre debêntures	(5.154)	(39.250)
3ª Emissão de Debêntures	-	54.383
Pagamento dos passivos de arrendamentos	(56)	-
Acionistas		
Empréstimos entre partes relacionadas	550	(1.464)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento	(4.660)	13.669
Aumento líquido no saldo de caixa	6.147	587
Caixa e equivalentes de caixa		
Composição do Caixa Inicial	791	204
Composição do Caixa Final	6.938	791

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas	28.427	25.191
Receitas de prestação de serviços	28.595	25.143
Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	52	42
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(220)	6
Insumos adquiridos de terceiros	(9.798)	(9.623)
Custos, materiais, energia, serviços e outros	(9.798)	(9.623)
Valor adicionado bruto	18.629	15.568
Depreciação e amortização	(3.447)	(3.420)
Valor adicionado líquido produzido	15.182	12.148
Valor adicionado recebido em transferência	75	4
Receitas financeiras	75	4
Valor adicionado total a distribuir	15.257	12.152
Distribuição do valor adicionado	15.257	12.152
Pessoal	1.616	1.588
Remuneração direta	1.082	1.052
Benefícios	447	411
FGTS	87	125
Impostos, taxas e contribuições	4.057	2.308
Federais	4.036	2.300
Estaduais	21	8
Remuneração de capitais de terceiros	9.584	8.256
Juros	3.632	7.291
Aluguéis	76	79
Lucro líquido do exercício	5.876	886

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Sanesalto Saneamento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 6 de novembro de 1996. A sede está localizada na Rua Nove de Julho, 849, na cidade de Salto – SP. O objeto da Companhia é explorar, na qualidade de concessionária, a implantação e operação dos serviços públicos municipais de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto – SP.

A Companhia acompanha os processos de evolução da pandemia da COVID-19.

A Administração não identificou necessidade de revisão das Demonstrações Financeiras, por temas relacionados com os riscos da COVID-19 para o exercício de 2019, bem como não foram necessários ajustes nas informações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia não obteve impacto da COVID-19 na sua concessão, pela característica de monopólio regulado. Dessa forma as receitas não sofreram queda, enquanto sofreram um aumento em virtude do ajuste tarifário, assim, ao mesmo tempo, também não sofreu aumento de inadimplência, mesmo com o agravamento da situação econômica.

1.1. Contrato de concessão

O contrato de concessão, assinado em 5 de dezembro de 1996, firmado com a Prefeitura Municipal de Salto – SP, compreende:

- (a) A implantação, operação e manutenção de uma estação de tratamento de esgoto do tipo lodo ativado, denominada E.T.E. Santa Isabel ("Santa Isabel"), situada na região do bairro Sete Quedas;
- **(b)** Implantação, operação e manutenção de emissários, interceptores e estações elevatórias, complementando o sistema de coleta de esgotos existente;
- (c) Leitura de hidrômetros; processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto.

Conforme aditamento contratual o prazo de concessão se encerrará no 2º semestre de 2032.

1.2. Alteração no Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Saneamento Básico

(a) As tarifas a serem praticadas pela Concessionária:

Com o termo de aditamento acima mencionado, os valores das tarifas serão atualizados anualmente, conforme metodologia determinada pelo Contrato de Concessão.

Dessa forma, as tarifas atualizadas e praticadas dos últimos 5 anos e até 31 de dezembro de 2020 são:

			Tarifa por m³ de	Variação nominal
Período de vigência		esgoto tratado	da tarifa	
jun/15	a	mai/16	3,0097	7,45%
jun/16	a	mai/17	3,4901	15,96%
jun/17	a	mai/18	3,5690	2,26%
jun/18	a	dez/19	3,6100	1,15%
jan/20	a	dez/20	4,0000	10,80%

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tarifa é reajustada conforme previsão de fórmula contratual, a qual incorpora os índices IGP-M, IGP-DI, INPC e a tarifa de energia elétrica, com regulação da ARES-PCJ.

- **(b)** Extensão do prazo de vigência do Período de Concessão por 60 (sessenta) meses adicionais ao prazo originalmente fixado, estendendo a concessão até o 2º semestre de 2032.
- (c) Em 31 de julho de 2019, através da nota técnica 21/2019 o reajuste de 10,80% foi suspenso temporariamente até 31 de dezembro de 2019, devido ao atual desequilíbrio econômico e financeiro do SAAE-Salto. No entanto, a diferença de receitas durante esse período deverá ser apurada, a fim de ser compensada no próximo reequilíbrio do Contrato de Concessão. A partir de 1º de janeiro de 2020, a nova tarifa já havia entrado em vigor. Em junho de 2020, a tarifa deveria ser reajustada em 2,25%, porém, por conta da pandemia da COVID-19, a agência reguladora ARES-PCJ prorrogou o prazo de reajuste enquanto durar o período de calamidade, conforme resolução nº 348 de 23 de junho de 2020.

1.3. Reversão do passivo a descoberto, capital circulante líquido negativo e de prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reverteu seu passivo circulante líquido negativo e encerrou com o valor de R\$ 14 ((R\$ 3.957) em 2019). A Administração da Companhia se empenhou na reversão do cenário em que estava, o qual foi formado por um custo histórico defasado de tarifas previstas no Contrato de Concessão, bem como pelo custo financeiro de emissão das debêntures e investimentos realizados.

Desde 2011, com a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, esse cenário de prejuízos acumulados foi sendo revertido. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reverteu o passivo a descoberto. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia encerrou o exercício com patrimônio líquido de R\$ 5.927 (R\$ 51 em 2019).

Os acionistas também efetuaram aportes financeiros por meio de adiantamento para futuro aumento de capital com o objetivo de suprimento do caixa e manutenção do cumprimento de suas obrigações, onde estavam aguardando somente a conversão destes AFACs em capital social com emissão de novas ações ao valor nominal de R\$ 1 (um real) cada. Fato este que ocorreu no início de 2020 com a liquidação da 1ª emissão de debêntures. Os acionistas garantem o apoio financeiro necessário para que a Companhia possa honrar suas obrigações vincendas a curto prazo.

Em decorrência da defasagem tarifária no início do contrato e buscando a viabilidade financeira da Companhia, em 26 de junho de 2014, a Assembleia Geral de Debenturistas alterou as condições e características das debêntures, conforme mencionado na Nota 9, impactando em redução significativa dos juros financeiros sobre as debêntures. Dessa forma, possibilitou que a Companhia liquidasse antecipadamente as debêntures, conforme nota 9.5.

A Administração da Companhia, com base na avaliação do fluxo de caixa futuro da concessão, mesmo sendo prorrogado o reajuste tarifário em junho de 2020 enquanto durar o período de calamidade pública, prevê aumento de receitas com base na atualização de tarifas, no mínimo de reposição inflacionária, e aumento de volume de tratamento, baseado em crescimento populacional e novas indústrias na região. O fluxo de caixa operacional futuro será suficiente para liquidação do passivo circulante, mesmo considerando o período da pandemia.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o pressuposto de continuidade normal dos negócios.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.4. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 22 de março de 2021.

2. Apresentação das demonstrações financeiras:

2.1. A declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o "Real", pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todas as demonstrações financeiras anuais da Companhia.

2.4.1. Divulgação de informações por segmento

As receitas da Companhia se concentraram somente na prestação de serviços públicos municipais de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto – SP, consideradas um único segmento operacional, não havendo outros segmentos de negócios a serem divulgados. Dessa forma, o resultado da Companhia como um todo é o resultado do único segmento operacional e de controle da Administração.

2.4.2. Ativos e passivos financeiros

Ativo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

• Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.4.3 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.4.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.4.6 Ativo circulante e não circulante

• Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

• Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nesses casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do "contas a receber" envolvido e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

• Imobilizado: O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

• Intangível: Os ativos intangíveis, referentes ao contrato de concessão, são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção, conforme demonstrado na nota 7.

Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações, em bens para o poder concedente, recebidas de terceiros e entidades governamentais, para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgoto não são registrados pela Companhia, uma vez que esses bens são controlados pelo poder concedente.

• **Perda no valor recuperável (impairment):** Na data de cada encerramento anual das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que pelo menos os valores contábeis dos ativos não financeiros não serão recuperados. Caso se identifiquem tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (impairment).

2.4.7. Passivo circulante e não circulante

• **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis e são contabilizadas como empréstimos.

- Imposto de renda e contribuição social: A Companhia apresentou lucro tributável durante todo o exercício, e como já era previsto, optou-se pela apuração do lucro real por balancetes de suspensão e redução. Em razão da Companhia operar com prejuízo até o início do exercício, foram utilizados o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social para compensação dos mesmos.
- **Provisões:** As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
- Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- **Resultado por Ação:** De acordo com o CPC 41 Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada disponível durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

2.4.8. Ajustes a valor presente (AVP)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/2008, os ativos e passivos não circulantes, bem como os ativos e passivos circulantes relevantes, são registrados a valor presente na data da respectiva transação com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo da vida do ativo ou passivo com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita nos respectivos ativos e passivos, e se relevante, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado.

2.4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

Receitas: A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

- (a) Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.
- (b) Receitas de construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC or (R1)/IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 (R1) (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.
- (c) Receita de remuneração dos ativos de concessão: Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

2.4.10. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRSs, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.4.11. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As principais premissas e julgamentos relativos a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- (a) Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia.
- (b) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso: Anualmente a Companhia testa eventuais perdas (impairment) do seu ativo intangível, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.4.6. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado.

2.5. Mudanças em políticas contábeis

2.5.1 Novas normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Definição de material: alterações ao CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro";
- Definição de negócio: alterações ao CPC 15 "Combinação de Negócios";
- Reforma da IBOR: alteracões ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 "Instrumentos Financeiros";
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros;
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao CPC 06 (R2) "Arrendamentos";

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5.2 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2021.
- Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.
- Aprimoramentos anuais ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:
- (i) IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
- (ii) IFRS 16 "Arrendamentos" alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- (iv) IAS 41 "Ativos Biológicos" remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

Ativo circulante	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e saldos em conta corrente bancária	2.710	791
Aplicações financeiras de curto prazo (*)	4.228	-
	6.938	791
Ativo não circulante		
Titulos de valores mobiliários		
Aplicações financeiras (CDB) (*)	2.410	2.088
	2.410	2.088

^(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. Em 31 de dezembro 2020, a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 98% do CDI, contra 96% do CDI em 31 de dezembro de 2019. As aplicações financeiras no Ativo não Circulante estão cedidas em garantia à 3ª emissão de debêntures.

4. Contas a receber

4.1. Composição

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber	4.009	3.089
(-) Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(297)	(76)
	3.712	3.013

As contas a receber referem-se à remuneração da concessionária sobre os serviços públicos de tratamento dos esgotos urbanos domésticos e industriais do Município de Salto, em regime de concessão. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram mensuradas considerando todos os títulos vencidos há mais de 180 dias. Adicionalmente, a Companhia avalia suas contas a receber periodicamente para detectar possíveis perdas, avaliando as perdas esperadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2. Vencimento das contas a receber

Abaixo demonstramos a situação das contas a receber por vencimentos:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	2.282	1.844
Vencidos até 30 dias	631	636
Vencidos de 31 até 60 dias	342	280
Vencidos de 61 até 180 dias	457	253
Vencidos há mais de 181 dias	297	76
(-) Perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	(297)	(76)
	3.712	3.013
3. Movimentação da PCLD		

4.3

Saldo da PCLD em 31/12/2019	76
Baixas por recuperabilidade	(53)
Entradas por perdas	274
Saldo da PCLD em 31/12/2020	297

Tributos a Recuperar 5.

Ativo circulante	31/12/2020	31/12/2019
COFINS a Recuperar	70	71
PIS a Recuperar	15	16
IRPJ a Recuperar por Estimativa	-	334
CSLL a Recuperar por Estimativa	-	84
Outros tributos a recuperar	9	7
	94	512

6. Créditos com partes relacionadas

6.1 Créditos tributários - Partes relacionadas

Em 31/05/2017, a Companhia aderiu ao PRT (Programa de Regularização Tributária), conforme Medida Provisória 766, em que foi possível a amortização de parte da dívida com a utilização do seu crédito do prejuízo fiscal, adicionalmente, conforme parágrafo segundo do artigo segundo,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a Companhia pôde transferir estes créditos a empresas controladas ou controladora, de forma direta ou indireta, ou seja, empresas do mesmo grupo econômico, sem ganhos ou perdas na operação. Entretanto, em 30/09/2017, o PRT foi migrado para o PERT conforme MP nº 783, e posteriormente convertido em Lei 13.496/2017, praticamente nas mesmas condições. Os contratos foram firmados a valor de face, com vencimento em até 60 meses, podendo ser amortizado antes do vencimento, sem juros ou correção monetária, e dessa forma, foram reclassificados no início do exercício de curto para longo prazo. Foram constituídos créditos com as seguintes empresas do grupo:

Ativo não circulante	31/12/2020	31/12/2019
Créditos tributários - Controladores Conasa Infraestrutura S.A.	3.913	3.913
Créditos tributários - Outras Partes relacionadas		
Companhia Aguas de Itapema	2.917	2.917
Companhia Aguas de Santo Antônio	324	324
Sanetrat Saneamento S/A	539	689
	3.780	3.930
-	7.693	7.843

6.2 Créditos com controladores

	Ativo não circulante		
	31/12/2020 31/		
CONASA - Infraestrutura S.A.	2.410	2.810	
	2.410	2.810	

O grupo econômico não tem como prática interna cobrar juros sobre essas transações, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações, em razão de se utilizarem da premissa de uso de Administração de caixa e recursos centralizados e com remessas e uso de recursos quando necessário pelas Companhias. Em função desses aspectos, a administração decidiu reclassificar os saldos para o longo prazo.

6.3 Serviços administrativos compartilhados pela Conasa

A Companhia possui saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 474 (em 2019 de R\$ 22), referente às despesas dos serviços administrativos compartilhados pela Conasa. Estão inseridos nesses serviços os valores das despesas de um modo geral necessárias para a manutenção da estrutura administrativa da Conasa, de acordo com a proporção de receitas do exercício anterior de suas coligadas e controladas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Passivo (Fornecedores)			
	31/12/2020	31/12/2019		
CONASA - Infraestrutura S.A.	474	22		
	Resultado (Despesa	s administrativas)		
	31/12/2020	31/12/2019		
CONASA - Infraestrutura S.A.	3.094	2.583		

6.4 Remuneração da administração

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2020, totalizaram R\$ 388 (R\$ 304 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

7. Intangível

7.1. Composição:

		31/12/2020			31/12/2019	
		Amortização		Amortização		
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial	74.011	(34.920)	39.091	73.958	(31.543)	42.415
Licença de uso de software	263	(131)	132	116	(115)	1
Indenização efetiva (*)	(1.800)	1.045	(755)	(1.800)	1.019	(781)
	72.474	(34.006)	38.468	72.274	(30.639)	41.635

(*) Em 2014, para definir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a Companhia recebeu da Prefeitura de Salto o montante de R\$ 1.800 que foram pagos em 15 parcelas, conforme termo aditivo de contrato nº 10 de 2011, mencionado na nota 1.2. Estes valores estão sendo amortizados até o prazo final da concessão.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.2. Movimentação:

	31/12/2020			
	Contratos de concessão			
	valor patrimonial e	Licença de uso		
	Indenização efetiva	de software	Total	
Custo:			_	
Saldo inicial	72.158	116	72.274	
Transferências	-	-	-	
Adicões	52	147	199	
Saldo final	72.210	263	72,473	
Amortização acumulada:				
Saldo inicial	(30.524)	(115)	(30.639)	
Adições	, ,	(16)	, ,	
Saldo final	(3.350)	(131)	(3.366)	
Saldo IIIIai	(33.874)	(131)	(34.003)	
Saldo inicial	41.634	1	41.635	
Transferências	-	-	-	
Movimentações líquidas	(3.298)	131	(3.167)	
mormeneações tiquidas	38.336	132	38.468	
	3.	1/12/2019		
	Contratos de concessão	1/12/2019		
	valor patrimonial e	Licença de uso		
	Indenização efetiva	de software	Total	
Custo:				
Saldo inicial	72.116	116	72.232	
Transferências	-	-	-	
Adições	42	-	42	
Saldo final	72.158	116	72.274	
Amortização acumulada:				
Saldo inicial	(27.175)	(115)	(27.290)	
Adições	(3.349)		(3.349)	
Saldo final	(30.524)	(115)	(30.639)	
Saldo inicial	44.941	1	44.942	
Transferências	-	-	-	
Movimentações líquidas	(3.307)	-	(3.307)	
	41.634	1	41,635	

7.3. Serviços de construção

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de construção	52	42
Custo de construção	(52)	(42)
	<u> </u>	-

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.4. Intangíveis decorrentes de contrato de concessão

A Companhia assinou, em 5 de dezembro de 1996, o contrato de concessão juntamente com a Prefeitura Municipal de Salto/SP (poder concedente). Nesse contrato estão acordados:

- A implantação, operação e manutenção de uma estação de tratamento de esgotos do tipo lodo ativado;
- Implantação, operação e manutenção de emissários, interceptores e estações elevatórias, complementando o sistema de coleta de esgotos existentes;
- Leitura de hidrômetros; processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelo serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto.

O prazo de concessão é de 300 meses, iniciando na emissão da primeira "Autorização de serviços", a qual ocorreu em setembro de 2007, sendo assim, o prazo de concessão se encerra em setembro de 2032. O contrato de concessão estabelece direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público, e prevê que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela ARES-PCJ.

A taxa média de amortização linear comparativa está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de amortização do intangível	5,03%	4,65%

Teste de impairment do intangível

A Companhia elaborou o teste de impairment do ativo intangível considerando como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) pelo método do valor em uso através do fluxo de caixa descontado. O método é adequado pois estima a situação de continuidade operacional até o final do contrato de concessão, considerando o crescimento vegetativo (3% a.a.), a inflação (4% a.a.), além do reajuste tarifário (4% a.a.), avaliando o retorno gerado pela cobrança de tarifa, nas atuais condições operacionais e contratuais. A Companhia utilizou Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 8,33% a.a. Se houvesse uma variação de 10% desfavorável nas principais premissas incluídas no teste (taxas de crescimento vegetativo, inflação, reajuste tarifário e taxa de desconto), com todas as alterações consideradas isoladamente, não resultaria em um valor recuperável menor que o valor contábil.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como resultado do teste de impairment, a administração não identificou fatores que pudessem indicar que os ativos intangíveis poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda (impairment) foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Direito de uso e passivo de arrendamentos

8.1. Direito de uso:

	31/12/2020	31/12/2019
Direito de uso - Arrendamento	302	302
(-) Amortização do direito de uso - Arrendamento	(86)	(26)
	216	276

Síntese da movimentação do direito de uso:

	31/12/2019	Amortização	31/12/2020
Direito de uso - Arrendamentos	276	(60)	216
	01/01/2019	Amortização	31/12/2019
Direito de uso - Arrendamentos	302	(26)	276

8.2. Passivo de arrendamentos:

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante - Passivo de arrendamentos	63	55
Não circulante - Passivo de arrendamentos	179	224
	242	279

Síntese da movimentação do passivo de arrendamentos:

	Saldo em 31/12/2019	Juros e Ajuste a Valor Presente	Pagamentos do Principal	Pagamentos de Juros	Saldo em 31/12/2020
Passivo de arrendamentos	279	33	(56)	(14)	242
	279	33	(56)	- 14	242
	Adoção Inicial 01/01/2019	Ajuste a Valor Presente	Pagamentos	Novos Contratos	Saldo em 31/12/2019
Passivo de arrendamentos	-	(37)	(29)	345	279
	-	(37)	(29)	345	279

Refere-se ao aluguel do prédio onde está localizado a área comercial. Foram registrados conforme IFRS 16 e CPC o
6 R(o2).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Debêntures

9.1. Composição:

	31/12	/2020	31/12/	/2019
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures (3ª emissão)	6.752	42.513	5.426	48.957
_	6.752	42.513	5.426	48.957

9.2. Movimentação

Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	54.383
(-) Pagamentos do principal	(5.154)
(-) Pagamentos de juros	(3.448)
Provisão de juros	3.504
(-) Custo de captação	(131)
Amortização do custo de captação	111
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	49.265
Saldo inicial em 1º janeiro de 2019	56.437
(-) Pagamentos do principal	(39.250)
(-) Pagamentos de juros	(24.303)
Provisão de juros	7.116
3ª Emissão de debêntures	54.383
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	54.383

9.3. Terceira emissão de debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2019, foi deliberada e aprovada a terceira emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, da espécie garantia real, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão.

A emissão foi de 55 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 55.000. A emissão das debêntures públicas, além do registro na CVM, foi registrada na ANBIMA – Associação Brasileira de Mercados Financeiro e de Capitais em 18 de dezembro de 2019.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A remuneração pactuada para as debêntures será de 100% de variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia "over extra-grupo" expressas de forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida de sobretaxa de 4% ao ano incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais, com vencimento todo dia 18 de cada mês, tendo como última parcela a data de 18 de dezembro de 2026.

9.4. Amortização da dívida com debêntures

	31/12/2020	
Vencimento em		
2021	6.752	
2022	8.196	
2023	8.196	
2024	8.196	
2025	8.196	
Após 2025	9.729	
	49.265	

9.5. Condições Restritivas Financeiras - "Covenants"

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de distribuição de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações e juros sobre capital próprio; (iv) vedação de redução do capital social; e (v) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários. Os *covenants* financeiros foram medidos a partir do encerramento do exercício de 2020, que seu ICSD (Índice de Cobertura de Serviço da Dívida) deveria ser superior a 1,3 (um vírgula três inteiros) e o índice de liquidez deveria ser superior a 1,00 (um inteiro), não podendo deixar de atender esses índices por 2 (dois) anos consecutivos ou por 3 (três) anos alternados.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia cumpre integralmente todas as cláusulas restritivas, assim como os covenants financeiros, encerrando o exercício com índice de liquidez corrente de 1,00 (um inteiro) e o ICSD de 1,47 (um vírgula quarenta e sete).

10. Encargos tributários a pagar

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
PIS a recolher	14	46
COFINS a recolher	66	214
Imposto de renda	494	-
Contribuição social	182	-
Outros impostos	33	18
Total	789	278

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Impostos e contribuições parcelados

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Parcelamento de PIS	52	51
Parcelamento de COFINS	240	233
Parcelamento de IRPJ	358	104
Parcelamento de CSLL	122	29
Total	772	417
Não circulante		
Parcelamento de PIS	130	177
Parcelamento de COFINS	600	816
Parcelamento de IRPJ	1.167	364
Parcelamento de CSLL	404	102
Total	2.301	1.459
	3.073	1.876

A Companhia parcelou o IRPJ e a CSLL referente ao 4º trimestre de 2019 e ao 1º trimestre de 2020, mantendo em dia os pagamentos dos trimestres subsequentes.

12. Demais contas a pagar

A Companhia possui acordo com a autarquia do município de Salto, SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, onde no contrato de concessão ela administra todo o serviço e faz o repasse somente do tratamento e distribuição de água, ficando com o valor da arrecadação do esgoto. Em 31 de dezembro de 2020, o valor a repassar sobre as arrecadações encerrou em R\$ 1.436 (R\$ 1.059 em 2018).

Demais contas a pagar	31/12/2020	31/12/2019
SAAE - Serviço Autônomo Agua e Esgoto	1.436	1.059
Outras contas a pagar	72	<u> </u>
	1.508	1.059

13. Provisão para demandas judiciais

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para as ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em função das características dessas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

13.1. Composição por probabilidade de perda:

	Cível		
Probabilidade de Perda	31/12/2020	31/12/2019	
Provável	118	118	

A provisão de contingência no montante de R\$ 118, referem-se às causas cíveis onde são pleiteadas indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas.

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Consequentemente, a Companhia não tem registrada provisão para contingências.

13.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possíveis, e para as quais nenhuma provisão foi reconhecida. Estes valores são avaliados e atualizados em uma periodicidade trimestral. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía R\$ 5 em processos cíveis e R\$ 593 em processos trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2019 não mantinha nenhum saldo de perdas possíveis.

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

O Capital social da Companhia que era de R\$ 2.000, totalmente subscrito e integralizado, reapresentado por 2.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, foi aumentado na data de 04 de fevereiro de 2020 em R\$ 12.574 referente ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, totalizando R\$ 14.574, representando 14.573.546 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Dentro do próprio exercício, em 28 de dezembro de 2020, a administração decidiu através de assembleia geral extraordinária, a reduzir o capital social da Companhia absorvendo os prejuízos acumulados no valor de R\$ 14.523, assim o capital social encerrou com R\$ 51, totalmente subscrito e integralizado representando 50.341 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em virtude dos lucros retidos estarem superiores ao capital social da Companhia, o que está em desacordo com a Lei 11.638/07, em virtude da redução de capital social para absorção de prejuízos acumulados. A administração pretende realizar a distribuição dos lucros retidos até a data de 30 de junho de 2021, ou os mesmos serem convertidos em capital social através de reunião em assembleia geral.

Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Número de		Número de	
	ações	%	ações	<u></u> %
GPI Participações e Investimentos S.A.	-	0,00%	1.000.903	50,05%
CONASA - Infraestrutura S.A.	50.341	100,00%	999.097	49,95%
	50.341	100%	2.000.000	100%

14.2. Reserva legal

A Companhia registrou a reserva de capital no valor de R\$ 10 referente ao resultado do exercício de 2020 que representa 20% do capital social da Companhia, conforme art. 193 da lei 6.404/76.

14.3. Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

A Companhia mantinha no patrimônio líquido o seguinte saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) com partes relacionadas, que foram integralizados em 4 de fevereiro de 2020, com a liquidação das debêntures, pois estavam aguardando autorização dos debenturistas:

	31/12/2020	31/12/2019
CONASA - Infraestrutura S.A.	-	12.574
		12.574

14.4. Reserva de retenção de lucros

A administração da Companhia decidiu através de reunião do conselho de administração aprovar por unanimidade a retenção, em sua totalidade, dos lucros da Companhia referente ao exercício de 2020, inclusive os dividendos mínimos obrigatórios. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia encerrou com saldo de R\$ 5.866.

15. Receita líquida dos serviços prestados

31/12/2020	31/12/2019
28.697	25.187
52	42
(116)	(44)
(942)	(1.635)
27.691	23.550
	52 (116) (942)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custos dos serviços prestados 16.

	31/12/2020	31/12/2019
Custos com materiais e insumos na operação de esgoto	(1.778)	(2.103)
Mão de obra na operação	(799)	(771)
Custos com serviços de terceiros na operação de esgoto	(1.570)	(1.299)
Amortização do intangível	(3.366)	(3.375)
Custo de construção	(52)	(42)
	(7.565)	(7.590)

Despesas comerciais 17.

31/12/2020	31/12/2019
(318)	(283)
(221)	(6)
(360)	(332)
(226)	(235)
(1.125)	(856)
	(318) (221) (360) (226)

18. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(914)	(908)
Aluguéis e locação	(76)	(79)
Serviços administrativos compartilhados	(3.093)	(2.935)
Honorários advocatícios	(44)	(14)
Honorários de consultorias e auditorias	(1.152)	(973)
Depreciação	(21)	(45)
Despesas com viagem	(58)	(85)
Despesas com Informática	(36)	(29)
Impostos, taxas e contribuições	(23)	(132)
Serviços com debêntures	(286)	(247)
Outras despesas	(512)	(492)
	(6.215)	(5.939)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Financeiras		
Receitas com juros	1	4
Outras receitas financeiras	74	-
	75	4
Despesas Financeiras		
Juros e demais encargos sobre debêntures	(3.504)	(7.116)
Juros sobre arrendamentos	(34)	-
Outros juros e multas	(2)	(42)
Juros sobre parcelamentos de impostos	(92)	(130)
Comissões e despesas bancárias	(264)	(421)
	(3.896)	(7.709)
Resultado financeiro	(3.821)	(7.705)

20. Instrumentos financeiros

(a) Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

(b) Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. Levando em consideração o atual cenário da COVID-19, o valor justo dos instrumentos financeiros, se aproxima do contábil no encerramento do período, motivo que só estão apresentados abaixo os valores contábeis, demonstrados a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31/12/2020	31/12/2019
		Valor	Valor
	Categoria	contábil	contábil
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	6.938	791
Contas a receber	Custo amortizado	3.712	3.013
Partes relacionadas	Custo amortizado	9.828	10.653
Títulos de valores mobiliários	Custo amortizado	2.410	2.088
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	659	839
Debêntures	Custo amortizado	49.265	54.383

(c) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(d) Risco de mercado:

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, assim como as debêntures, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas data de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) B3. Desta maneira, no único cenário apresentado como provável, identificou-se que não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa e debêntures:

			Projeção de mercado
Risco	Taxa de juros	Saldo total em 31/12/2020	Provável Cenário
Redução da taxa CDI	1,90%	9.348	9.526
DI + 4%	5,90%	49.265	52.172
		39.917	42.646
			2.729
	Redução da taxa CDI	Risco juros Redução da taxa CDI 1,90%	Risco Taxa de juros em 31/12/2020 Redução da taxa CDI 1,90% 9.348 DI + 4% 5,90% 49.265

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

- (e) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Vide nota explicativa 4.1.
- (f) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, revisão tarifaria.

21. Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro básico por ação:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	5.876	886
Média ponderada de ações em circulação	11.267.688	2.000.000
Resultado por ações - básico - R\$	1.418,8529	0,4430

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias. A Companhia só possui uma classe de ação ordinária e não há ações ordinárias potenciais diluidoras ou opções que pudessem converter as ações preferenciais em ordinárias, portanto, o valor do lucro por ação diluído é igual ao básico.

	31/12/2020	31/12/2019
Quantidade de ações	Avos Avos	
2.000.000	02/12	12/12
14.573.546	09/12	-
50.341	01/12	-
Média ponderada de ações	11.267.688	2.000.000
Lucro básico por ações (em reais)	1.418,8529	0,4415

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía apenas saldo de base negativa de contribuição social no montante de R\$ 6.159. No exercício de 2020, a administração decidiu mudar o regime de tributação para Lucro Presumido, assim, em 31 de dezembro de 2020 o imposto de renda e contribuição social correntes apuradas foi de R\$ 2.060 e R\$ 750, respectivamente. A Companhia não reconheceu os tributos diferidos ativos sobre a totalidade da base negativa de CSLL por não atender as condições requeridas pela Instrução CVM 371.

Conforme a legislação fiscal, o prejuízo fiscal e a base negativa de Contribuição Social não prescrevem. Entretanto, em períodos com lucros fiscais, somente 30% do lucro pode ser compensado com prejuízos fiscais de anos anteriores. A administração da Companhia mantém o controle do saldo da base negativa da CSLL para que seja utilizado em exercícios futuros, porém, não registrou os tributos diferidos ativos em função de estar no regime de lucro presumido.

A seguir demonstramos o resumo da apuração com alíquota efetiva de 2020 no regime de lucro presumido e a reconciliação do IRPJ e CSLL pelo lucro real em 2019:

LUCRO PRESUMIDO	31/12/2020	
Corrente	IRPJ	CSLL
Arrecadação	25.816	25.816
Base de Presunção	25.816	25.816
Presunção lucro (32%)	8.261	8.261
Outras receitas	74	74
Base tributável	8.335	8.335
IRPJ (15%)	(1.250)	-
Adicional (10%)	(810)	-
CSLL (9%)	-	(750)
	(2.060)	(750)
IRPJ e CSLL no resultado	(2.810))

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.273
Aliquota Nominal	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(433)
Ajustes da base tributável	
Despesas indedutíveis	469
Outras diferenças permanentes	(648)
IRPJ e CSLL s/prejuízos fiscais e base negativa	(532)
	(711)
Imposto de renda e contribuição social:	
Corrente	(467)
Diferido	80
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(387)
Aliquota efetiva	30%

23. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é salvaguardar a capacidade de continuidade das suas operações e oferecer retorno aos acionistas e demais partes interessadas.

A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, entre outros. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A estrutura de capital da Empresa é bastante conservadora.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 podem ser assim sumariados:

	31/12/2020	31/12/2019
A - Total de Debêntures (nota 9)	49.265	54.383
B - (-)Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários(nota 3)	6.938	791
C = (A - B) - Dívida líquida	42.327	53.592
D = Total do patrimônio líquido	5.927	51
E = (C + D) - Capital total	48.254	53.643
C/E = Índice de alavancagem financeira	87,7%	99,9%

24. Seguros

A Companhia possui seguro de compreensivo empresarial para danos materiais e lucros cessantes, da Estação de Tratamento de Esgoto, do Prédio Comercial, além de 11 estações de elevatórias de esgotos, com vigência de 04/09/2020 a 04/09/2021. Abaixo, estão apresentados os valores em risco:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor em risco	
	Danos	Lucros
	materiais	cessantes
Estação de tratamento de esgoto e elevatórias	37.697	3.000
Prédio comercial	2.000	3.000
	39.697	3.000

Demonstramos a seguir, o limite máximo de indenização:

	Limite máximo de
Cobertura	indenização
Incêndio, raio e explosão	11.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça	500
Danos elétricos	1.200
Danos materiais	130
Roubo e/ou furto qualificado de bens	100
Impacto de veículos terrestres	500
Responsabilidade civil operações	700
Alagamento / inundação	100
Salvamento, limpeza e/ou desentulho	20
Tumulto, greve, lock-out	20
Perda ou pagamento de aluguel	30
Lucros cessantes	3.000
	17.300

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras, e consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

25. Transações que não afetaram o caixa

Em fevereiro de 2020, a Companhia efetuou o aumento de capital com a integralização do AFAC no valor de R\$ 12.574. Em dezembro de 2020, a Companhia realizou a redução do seu capital social em R\$ 14.523 com prejuízos acumulados. Essas transações não envolveram caixa.

26. Outros assuntos

Em conformidade com o artigo 25, § 1º, inciso V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os diretores declaram que reviram, discutiram e aprovam as demonstrações financeiras anuais da Companhia e o relatório dos auditores independentes.

Claudio R. de Leoni Ramos Diretor Administrativo/Financeiro **Isaac do Nascimento** Contador PR 043806/O-1

* * *